

“Para não ser bandido”: trabalho e adolescentes em conflito com a lei¹

Olga Maria Pimentel Jacobina^{1,2} e Liana Fortunato Costa^{II,3}

^I Faculdade Projeção

^{II} Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília

Trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual buscou-se conhecer como a experiência de trabalho do adolescente que está cumprindo medida socioeducativa influencia em suas relações familiares e qual significado essa experiência pode ter tanto para o jovem, quanto para sua família. Os três adolescentes pesquisados estavam cumprindo medida socioeducativa (Liberdade Assistida) e trabalhando. Utilizamos a observação participante, uma entrevista semi-estruturada realizada com os adolescentes e uma entrevista familiar. Os resultados apontam para uma resignificação das relações familiares de cada adolescente a partir de sua experiência de trabalho, pois todos relataram mudanças significativas nas relações estabelecidas com a família depois que começaram a trabalhar, principalmente no que se refere à confiança da família em relação a eles. O trabalho não apresenta um sentido organizacional ou social, não leva os adolescentes a uma condição de autonomia, mas existe um sentido individual inequívoco para a atividade na qual estão engajados: a resignificação de sua inserção social e familiar, além de promover uma outra colocação frente a sua inclusão no sistema judicial.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a lei, Trabalho, Trabalho adolescente, Família, Medida socioeducativa.

“Not to be a bandit”: adolescents in conflict with the law and work

This is about a qualitative research in which we seek to know how the working experience of the adolescent who is under a socioeducative measure influences his family relations and the meaning the experience may have both for the youngsters as well as their family. The three researched adolescents were under the socioeducative measure (Assisted Freedom) and working. We utilized the participant observation, a semi-structured interview with the adolescents and a family interview. The results point out to a redefinition of the family relations of these adolescents as from their working experience, considering that all of them referred to a significant change in the relations established with the family after they started to work, specially concerning the family's trust on them. Work does not present an organizational or social sense and does not take these adolescents to a condition of autonomy but there exists a clear individual sense for the activity in which they are engaged: the redefinition of their social and family insertion, besides assigning another placement vis-a-vis their inclusion in the judicial system.

Keywords: Adolescent in conflict with the law, Work, Adolescent work, Family, Socioeducative measure.

Durante o ano de 2005 desenvolvemos uma pesquisa cujo objetivo geral foi investigar como a experiência de trabalho do adolescente que está cumprindo medida socioeducativa influencia suas relações familiares e qual significado essa experiência pode ter tanto para o jovem, quanto para sua família. Os adolescentes que colaboraram com o relato de suas experiências estavam cumprindo medida socioeducativa (Liberdade Assistida) e trabalhando. Eles também tinham direito à concessão da *Bolsa de Reinscrição Juvenil*, que consistia em uma quantia de cento e trinta reais concedida ao adolescente que estivesse

1 Trabalho baseado na dissertação de mestrado “Adolescente em conflito com a lei: trabalho e família”, defendida em maio de 2006 no Instituto de Psicologia na Universidade de Brasília, realizado pela primeira autora e orientado pela segunda.

2 Professora da Faculdade Projeção. Psicóloga, mestre em psicologia clínica pela Universidade de Brasília.

3 Docente do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília. Psicóloga, terapeuta familiar, psicodramatista. Doutora em psicologia clínica pela Universidade de São Paulo.

cumprindo alguma medida socioeducativa como a Liberdade Assistida (LA) ou a Semi Liberdade (SM). Ela poderia ser suspensa a qualquer momento e trazia alguns requisitos para que os adolescentes pudessem ser contemplados: estudar, ter renda *per capita* de até um salário mínimo, não reincidir o ato infracional, não ter mandado de busca e apreensão, residir na cidade, participar das reuniões socioterapêuticas (grupos multifamiliares e oficinas). Teriam prioridade os que tivessem esposa e filhos. Essa condição, até então inédita, que é um adolescente receber um benefício financeiro após cometer um ato infracional, justificou que incluíssemos também sua avaliação, além do primeiro objetivo já apontado. A bolsa, assim como tantas outras (vale-gás, vale-uniforme, vale-leite, vale-pão, bolsa-família, bolsa renda minha etc.), configura-se como um benefício eventual disposto pela Lei Orgânica da Assistência Social (nº 8.742 de 07/12/1993) a fim de colaborar com as famílias em situação de extrema pobreza e tem como objetivo:

criar mais uma oportunidade e facilidade para que o adolescente venha superar os fatores que contribuíram para a prática do ato infracional e se desenvolver integralmente, assegurar meios para que os adolescentes desenvolvam suas potencialidades a fim de que possam estabelecer uma convivência familiar e comunitária pautadas em valores éticos e morais que contribuem para uma atuação ativa na sociedade de maneira autônoma, solidária e competente (p. 2).

Nosso referencial teórico é o do pensamento sistêmico, tal como designa Vasconcellos (2002), e que compreende uma perspectiva de olhar o objeto de estudo através da intersubjetividade, instabilidade e complexidade. Com isso, estamos privilegiando a significação da experiência e da co-construção do conhecimento obtido na relação com o sujeito, o reconhecimento da imprevisibilidade e da desordem presente nos contextos e admitindo que os sistemas são amplos, apresentam-se em rede, estruturam-se nas contradições e na recursividade. Nosso olhar sobre o adolescente e sua família enfoca ambos como sistemas interconectados e observa as transformações que ocorrem a partir da trajetória do ciclo de vida.

Portanto, situamos nosso interesse em compreender e discutir essas três dimensões que se imbricam e que são extremamente desafiadoras para os profissionais que trabalham e pesquisam essa população e que pretendem intervir nesse complexo contexto: adolescente e ato infracional, escolaridade e trabalho. Tolfó e Piccinini (2007), em um artigo no qual traçam uma retrospectiva de várias pesquisas brasileiras sobre o significado e o sentido do trabalho para grupos específicos de trabalhadores, mostram como essa construção tem importância em um contexto histórico e é nesse sentido que apontamos a fase da adolescência como um momento crucial para compreender-se melhor a experiência do trabalho e suas possíveis significações individuais ou sociais, pelo valor que poderá ter na vida futura. Seja pela experiência individual ou pela repercussão sobre a família, esse é o momento no qual o adolescente poderá obter orientação e coerência, que permitirão que um sentido estruturante da atividade possa emergir e, assim, contribuir para que ele reformule valores individuais e sociais em seu campo de relação.

“Cabeça vazia, oficina do diabo” é um ditado popular muito repetido pelas famílias dos adolescentes e por suas mães, em especial. Temos observado, ao longo de nossa experiência, que as famílias compreendem que o “perigo mora” no fato do adolescente estar sem fazer nada, daí a salvação estar em ocupá-lo. Por um lado, a ocupação não está prioritariamente na inserção escolar, até porque a escola não se mostra muito interessante para essa população. Por outro lado, colocar o adolescente para trabalhar significa preencher o seu tempo com atividades lícitas, o que alivia a família de preocupações, pois o trabalho faz do dia-a-dia desses jovens uma execução de várias tarefas que se sucedem, de modo que eles não possam pensar em seu grupo de pares, fator que para a família, geralmente está relacionado com o envolvimento do filho com atos infracionais (“aprontou por causa das

amizades” é o que as famílias dizem). Esperamos, com este texto, contribuir para viabilizar uma maior discussão sobre o tema, compreender melhor o sentido dessa experiência para os jovens, a percepção da família sobre a atividade que o jovem exerce e apontar outros aspectos a serem pesquisados.

Adolescência, exclusão social e medidas socioeducativas

Definimos o adolescente numa perspectiva relacional e contextual, de acordo com o referencial teórico já proposto. A adolescência é uma fase, um período, uma passagem da infância à fase adulta (Marcelli & Braconnier, 1989). Para a compreensão da adolescência, partimos do conceito de *ciclo de vida familiar* desenvolvido por Carter e McGoldrick (1995), que definem a família como um sistema “movendo-se através do tempo” (p. 8). A família passa por diferentes estágios de desenvolvimento que vão requerer do sistema familiar capacidade de adaptação para continuar atendendo às novas demandas de seus membros. A adolescência dos filhos introduz uma nova época, pois assinala uma nova definição dos filhos dentro da família e dos papéis dos pais em relação a eles. Os adolescentes abrem a família para um campo de novos valores ao trazerem seus amigos e novos ideais para o seio familiar. No que diz respeito a famílias com transações delitogênicas, Segond (1992) aponta que a transgressão, na relação dialética que mantém com a norma e o limite e com a regra e a lei, representa um elemento importante dos processos de desenvolvimento dos grupos humanos, começando pelo sistema primário aberto familiar, dentro do qual o jovem estrutura, progressivamente, sua personalidade, na experiência da individuação contínua de suas diferenças e da elaboração da sua identidade (Marcelli & Braconnier, 1989).

Para Bucher (1992), nas famílias de delinquentes há uma total alienação face às leis vigentes. Independentemente da classe social das famílias, ou de alguns de seus membros, a lei maior não é considerada nem respeitada e, muitas vezes, é até desprezada. Nesse sentido, as ações educativas e afetivas desempenhadas pela família são parâmetros não só de aceitação da autoridade da lei, mas também para o equilíbrio da identidade do indivíduo que vai se formar dentro desse contexto. O ato que isoladamente pode ser visto como ato de transgressão à lei jurídica de um ponto de vista social ou jurídico, se visto de dentro da estrutura familiar, pode ter outro sentido. Assim, é importante considerar cada sintoma tendo uma função dentro da interação familiar, inclusive na dimensão transgeracional. Assim, uma característica comum às famílias com delinquentes é que a autoridade parental foi enfraquecida de alguma maneira. Sudbrack (1992) aponta que o delinquentes se apresenta como aquele em busca de um pai, em busca da lei perdida, a lei interna, e seus atos até podem ser considerados como uma denúncia dessa falta e uma busca de ajuda, um movimento de preservação de sua saúde psíquica.

Para Castel (1998), a marginalidade é o efeito de processos combinados de exclusão, a qual se constitui como um fenômeno que não se restringe à insuficiência de renda, mas expressa a combinação de várias desvantagens que impedem o excluído de pertencer à sociedade e de nela ser reconhecido como sujeito de direitos (Demo, 1998). Dessa forma, alguns comportamentos inadequados de adolescentes – tais como atos delinquentes, indisciplinas, transgressões – poderiam ser considerados formas de denunciar as dificuldades da família em aceitar as mudanças ou poderiam ser interpretados como formas de expressão de algo que não pode ser dito, ou seja, uma forma de comunicação que denuncia carências no sistema familiar ou, ainda, que aponta desigualdades e injustiças no sistema social. Recentemente, Carreteiro (2007), ao discutir sobre a violência contemporânea e a insegurança social, referiu-se a grupos que procuram obter reconhecimento através de formas violentas de agir e obter espaço social. Essas formas encontram contraposição na *legiferação*

cada vez maior das condutas sociais, ou seja, um excesso legal de medidas para se ordenar os possíveis excessos de conduta. A autora identifica uma população em particular que vem merecendo uma maior atenção do Estado repressivo, os grupos pertencentes às culturas da periferia que se expressam pela violência, muito mais do que pela palavra. Essas observações se coadunam com nosso propósito de questionar e compreender melhor o sentido do trabalho para esses jovens, já que o trabalho é uma forma de ressocialização e alinhamento com os padrões aceitáveis de sociabilidade.

Sem dúvida, o trabalho também pode ser visto como um dos elementos de uma rede social, que se constrói ao redor do adolescente e que tem importante participação na integração do jovem em seu processo socializador. Nessa perspectiva, do trabalho se inserir como elo de pertencimento a um grupo e no que diz respeito à aplicação das medidas socioeducativas, para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral.

Nesse sentido, Volpi (1997) assinala que a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento dá aos agentes envolvidos na operacionalização das medidas socioeducativas a missão de proteger, garantindo o conjunto de direitos e educando ao dar a oportunidade da inserção do adolescente na vida social. O autor aponta que esse processo se dá a partir de um conjunto de ações que propiciam educação formal, profissionalização, saúde, lazer e demais direitos assegurados legalmente. As medidas socioeducativas são aplicadas e operadas de acordo com características da infração, circunstâncias sociofamiliares e disponibilidade de programas e serviços nos níveis municipal, regional e estadual.

Volpi (1997) indica ainda que as medidas comportam aspectos de natureza coercitiva, já que são punitivas aos infratores, e aspectos educativos na perspectiva da proteção integral e oportunização de acesso a formação e informação. Além disso, os regimes socioeducativos devem constituir-se em condição que garanta o acesso do adolescente às oportunidades de superação de sua condição de exclusão, bem como acesso à formação de valores positivos de participação na vida social. Sua operacionalização deve prever obrigatoriamente o envolvimento familiar e comunitário, mesmo no caso da privação de liberdade, sendo sempre avaliadas condições favoráveis que possibilitem ao adolescente infrator a realização de atividades externas. Mas não podemos deixar de apontar que a aplicação das medidas simplesmente não se constitui em garantia de benefício nem em mudanças que proporcionem redirecionamento de comportamentos do adolescente. É preciso ter uma visão crítica sobre a aplicação dessas medidas, pois percebemos, em nossa prática, que os adolescentes iniciam sua trajetória de vinculação com o judiciário com o cumprimento de medidas de proteção que, sem eficácia, projetam-se para medidas socioeducativas. As medidas de proteção antecedem as medidas socioeducativas e visam oferecer condições para que os adolescentes sejam atendidos, protegidos e cuidados quando ainda aceitam orientação e suas famílias podem ser potencializadas em sua autoridade. Essa progressão das medidas é um tema que merece maior aprofundamento.

Temos hoje um quadro apontando que a criminalidade juvenil tem aumentado sobremaneira nos últimos tempos. Mesmo representando uma parcela pequena em relação aos adultos, os jovens têm, cada vez mais, envolvido-se na práticas de atos infracionais. De acordo com dados divulgados pela Unicef em janeiro de 2005, dos crimes e delitos registrados a cada ano no Brasil, 10% são cometidos por adolescentes. Desses, mais de 70% praticam delitos contra o patrimônio. Muitas vezes os adolescentes são mais vítimas do que autores de violência. Entre adolescentes de 15 a 19 anos, 68% das mortes são provocadas por causas externas – acidentes de trânsito, homicídios e suicídios. O hiperdimensionamento do problema dos atos infracionais cometidos por adolescentes gera uma demanda na sociedade por medidas mais enérgicas.

Um dos fatores que pode contribuir para esse quadro é a exclusão social. Paugam (2004) a situa enquanto um termo ainda sob equívocos, abarcando preocupações tais como: propriedade do emprego, ausência de qualificação suficiente, desocupação, incerteza do futuro; privação material e degradação moral e de socialização; desilusão com o progresso. Segundo o autor, para os que encontram grandes dificuldades em se inserir na vida profissional, não poder ser ajudado pelos membros de sua família constitui uma privação de uma das formas mais elementares de solidariedade. Castel (1998) aponta que a exclusão não se esgota no afastamento do mercado de trabalho, mas ganha significação tanto mais drástica no processo de destruição de valores integrativos tradicionais, atingindo os patamares da precariedade marcada pela não-pertença e impotência. No entanto, ocorre dos pobres serem integrados pela via da exclusão como forma de pertença e, dessa forma, a delinquência também aparece como uma possibilidade de identidade, o que é preocupante, pois as opções de futuro se tornam cada vez mais incertas e temerárias.

Nesse sentido, o trabalho do adolescente pode incrementar sua participação na comunidade, visto que possibilita aumentar a utilização de serviços disponíveis (educação, profissionalização, trabalho, saúde etc.), contribuindo para a responsabilização das políticas setoriais no atendimento aos adolescentes pois, de acordo com o Unicef, as medidas aplicadas em meio aberto, isto é, sem restrição de liberdade e com a participação da família e da comunidade, são mais eficientes na recuperação dos adolescentes do que o confinamento em instituições fechadas.

A experiência de trabalho como uma possibilidade de integração numa rede social

Cattani (1996) afirma que o conceito de trabalho é genérico: atividade de produção de bens e serviços e conjunto das condições de exercício dessa atividade. Antunes (2000) define-o como o processo de uma contínua cadeia temporal que busca sempre novas alternativas. Já “emprego” é definido por Borges (2002) como a representação do trabalho institucionalizado e livre, em empresa ou órgão do governo, com direito a salário, voltado para o atendimento das necessidades individuais e coletivas associadas à produção. Para a autora, a transformação do trabalho em emprego requer o desempenho por parte do indivíduo de uma dada ocupação remunerada, dentro de um contrato que delimita a dimensão espaço-temporal da ação. Ainda segundo a autora, a noção de trabalho foi associada a sua forma institucional, o emprego. O trabalho como emprego tornou-se importante referencial para o desenvolvimento emocional, ético e cognitivo do indivíduo ao longo de seu processo de socialização e, igualmente, para o seu reconhecimento social, para a atribuição de prestígio social intra e extragrupal.

Cattani (1996) aponta que o trabalho se transformou numa espécie de cimento social, no fator básico de socialização, na atividade principal e no elemento definidor, embora não exclusivo, de boa parte do sentido da vida dos indivíduos. Por isso, o não-trabalho assume, igualmente, um papel fundamental. Para o autor, trabalhar significa viver, sair do discurso e da representação para se confrontar com o mundo. No entanto lembra que um trabalho criativo, interessante e consciente ou um trabalho degradado, repetitivo e alienado definem o *status* que qualificará os indivíduos *vis-à-vis* o conjunto da sociedade. Na construção da identidade social e profissional, o ser humano é, em grande parte, o que ele trabalha.

Portanto, levando-se em conta esta equação trabalho/emprego/atividade, o ato de trabalhar ou não trabalhar pode ter importante papel na construção da identidade social do

indivíduo. Além disso, consideramos que o trabalho pode ser de grande relevância na ressignificação das relações familiares e sociais do adolescente que cumpre medida socioeducativa, tendo em vista a argumentação de Antunes (2000): a pessoa que trabalha deve planejar cada momento com antecedência e permanentemente conferir a realização de seus planos, crítica e conscientemente, se pretende obter no seu trabalho o melhor resultado possível, e dessa forma, construir uma representação de si mesmo.

Trabalho adolescente e interação familiar

De acordo com Fishman (1998), a família e o trabalho tendem a ser as forças que mais influenciam a manutenção da identidade da pessoa por oferecerem sustento econômico, identidade pessoal e contexto social. Além disso, as atitudes no trabalho tornam-se enraizadas e são levadas para a vida doméstica, cada ambiente induz padrões estruturais semelhantes em outros ambientes e tanto o trabalho, quanto a vida em família influenciam um ao outro. O que acontece no local de trabalho pode ser uma consequência ou antecedente do que ocorre na família.

Campos e Francischini (2003) comentam que a mudança de *status* do adolescente na família, a partir da experiência de trabalho do jovem, não ocorre apenas como resultado de sua ascensão financeira, mas também por um deslocamento de função da figura paterna. Assinalam que as mudanças no interior das famílias, provocadas pela entrada precoce dos adolescentes no mundo do trabalho, representam, para eles, uma inserção artificial na vida adulta. Nessas condições, a independência financeira pode ser experimentada como independência emocional e social por um indivíduo que, na verdade, ainda está se descobrindo, está em plena construção da identidade, que ainda precisaria de limites e de orientação e que, efetivamente, ainda não viveu o suficiente para ter maturidade física, cognitiva, emocional ou social para o exercício das funções por ele assumidas.

Nesse sentido, Calil (1987) aponta que a adolescência de um ou mais membros da família, por si só, já desequilibra o sistema familiar. Nessa fase de desenvolvimento, a família terá que modificar o que é e o que não é permitido em relação ao adolescente. Se, no entanto, a tolerância do sistema familiar às mudanças é muito limitada, pode-se impor ao adolescente mais lealdade para com a família, acarretando-lhe, inclusive, sentimentos de culpa graças à tentativa de manter inalterados os usuais padrões de interação. Além disso, é importante levarmos em consideração que o sistema familiar é um sistema dentro de outro sistema, na medida em que é o primeiro lugar de socialização do indivíduo, sem por isso ficar isento das influências contraditórias dos sistemas sociais mais amplos (Segond, 1992).

Em um estudo sobre a avaliação das redes sociais de adolescentes em situação de risco, Pereira e Sudbrack (2003) comentam que além do trabalho ser um modo de sustento individual e familiar para jovens, a inserção precoce no mundo do trabalho constitui uma forma de atingir a independência financeira necessária para manter a auto-estima e o respeito da comunidade, uma possibilidade de maior autonomia perante os familiares e uma forma de manter a mente e o corpo ocupados. É importante destacar que compreendemos como redes sociais o conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos, sendo que, o que vai determinar a qualidade das relações sociais e afetivas do indivíduo com os pontos de sua rede (família, escola, amigos, trabalho, dentre outros) é o equilíbrio dessas interações (Duarte, 2006).

Portanto, consideramos de suma importância, ao discutirmos essa temática tão complexa, contextualizar como a experiência de trabalho pode interferir nas relações familiares dos adolescentes. Buscamos conhecer como o trabalho insere-se nas redes social do

adolescente, em sua articulação com a família, com a escola, com postos de saúde, com a comunidade, com a instituição judiciária etc., pois, como apontado por Pereira e Sudbrack (2003), a prática de redes sociais leva o sujeito a se redescobrir na relação com o outro, na construção e na reconstrução de sua rede.

Método

O contexto – A presente pesquisa foi realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de uma cidade satélite do Distrito Federal. Os adolescentes participantes cumpriam medidas socioeducativas. Para realizar seu acompanhamento havia uma equipe composta por duas assistentes sociais e uma psicóloga.

Os participantes da pesquisa – Participaram três adolescentes que estavam cumprindo medidas socioeducativas, além de seus familiares. Para descrevê-los foram criados nomes fictícios para que suas identidades e a de suas famílias fossem protegidas.

O primeiro jovem entrevistado foi Joilson, que na época tinha 19 anos de idade. Ele fazia um curso técnico em radiologia e já tinha o segundo grau completo. Trabalhava com vistoria de carros para seguradoras de automóveis e usava uma moto para realizar esse trabalho. Morava com os pais e três irmãos mais novos. A mãe, 41 anos, diarista, cursou até a sétima série do primeiro grau. Sobre o pai, 40 anos, a família não sabia seu endereço do trabalho nem quanto ganhava. Joilson recebia a Bolsa de Reinscrição Juvenil. Em relação ao trabalho, Joilson afirmava que a atividade servia para se sustentar e para sair de casa. A mudança que observou em sua vida desde que começou a trabalhar foi que não fica mais na rua, o que evitava que ele arrumasse confusão. Além disso, acha que a relação em casa também melhorou, pois os pais o chateavam muito porque ele ficava o dia inteiro na rua. O que vê de negativo no trabalho é o risco de acontecer algum acidente por andar de moto. Quanto aos atos infracionais, o primeiro foi um assalto e o segundo, um ano depois, o porte de arma. Joilson acha que a bolsa serve como um incentivo: “ganhar dinheiro só para estudar”. Desde que começou a recebê-la, deixou de faltar ao curso de radiologia, pois ter presença é critério para receber. No entanto, o valor que recebe não gasta com estudo, dá tudo para sua mãe, exceto quando não tem nenhum dinheiro, então pega a metade. Joilson estava trabalhando há seis meses e anteriormente havia sido estagiário em um banco.

O segundo entrevistado foi Márcio, 17 anos, que estava cursando o segundo ano do ensino médio. Trabalhava num laboratório de exames clínicos e tinha um contrato de trabalho. O adolescente morava com seu pai (37 anos), a madrasta (26 anos), o avô paterno (59 anos), a tia (23 anos) e a prima (10 anos). Márcio também recebia a Bolsa de Reinscrição Juvenil. Desde que começou a trabalhar sentia raiva de quem rouba o dinheiro de um trabalhador que ganha um salário mínimo ou de um senhor velhinho. Acha que se for para roubar, tem que ser de quem tem, dos “playboys”, por exemplo. Outra mudança foi a relação familiar: seu pai e sua família passaram a confiar mais nele, o que não acontecia anteriormente. Acha que adquiriu mais responsabilidade. Quanto ao ato infracional, relata que foi em 2003, quando tinha 15 anos. Estava sem dinheiro, cometeu um furto e acabou sendo preso. Considera a bolsa como um incentivo ao estudo, mas nem tanto, porque já pensava em estudar antes de recebê-la. Do valor da bolsa, sempre dá metade para sua mãe, porque ela precisa mais do que seu pai, o qual não sabe que o filho recebe o benefício. A sua parte gasta com festas e roupas. Márcio estava há dois meses em seu trabalho e anteriormente havia sido vendedor de uma loja de jóias por dez meses.

Paulo, 19 anos na época da pesquisa, havia cursado até a sétima série do primeiro e estava sem estudar no momento. Estava trabalhando na copa de um bar, ainda em período de

experiência. Morava com sua mãe (47 anos), a namorada (23 anos) e o irmão (17 anos). Paulo não recebia a Bolsa de Reinserção Juvenil por não estar estudando. Acha melhor trabalhar do que roubar e vender drogas para dar dinheiro a “patrão” e chegar a ser preso e ver a mãe humilhar-se. Em relação ao envolvimento com a justiça, Paulo relata que a primeira vez foi por ter sido pego pela polícia, durante uma revista, com uma chave universal de abrir carros. A segunda vez, quando foi resgatar os amigos que haviam invadido uma casa na qual estava acontecendo um casamento, um dos seus amigos estava com uma arma e um carro roubado; durante a invasão da casa, um dos tiros acertou o pai do noivo, que morreu, e sumiu um aparelho de som. Fez um curso de informática através do CREAS. O adolescente diz ter conciliado bem a medida socioeducativa e o trabalho, pois, desde que fez o curso e iniciou a trabalhar, começou também a sonhar, agora considera que já tem um sonho, que tem praticamente um futuro. Antes não sonhava, não tinha tempo para nada, agora está com a cabeça mais livre para estudar, construir um lar. Paulo estava trabalhando há um mês, ainda em fase de experiência, e já tinha exercido, anteriormente, atividades (“bicos”) de ajudante de pedreiro e descarregador de caminhão.

Instrumentos para investigação – Para a coleta das informações foi utilizada a observação participante, a gravação das entrevistas semi-estruturadas realizadas com os adolescentes e com seus familiares, além de uma entrevista familiar.

A observação participante caracteriza-se pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. Para Minayo (1996), é o momento que enfatiza as relações informais do pesquisador no campo e que permite poder captar uma variedade de situações que não são obtidas por meio das entrevistas formais, uma vez que, observadas diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais importante e evasivo na vida real. Foram registrados pelas pesquisadoras as observações e as conversas informais com os adolescentes ou com suas famílias.

A entrevista, de acordo com Minayo (1996), é o procedimento mais usual no trabalho de campo, pois através dela o pesquisador visa apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa. Com os adolescentes, partimos de um instrumento proposto por Penso (2003) e que adaptamos conforme nossos propósitos. Esse instrumento abrangeu as seguintes áreas: *Quem sou* (Como se sente? Quem é você?); *Relação com o trabalho* (Qual a utilidade do trabalho na sua vida? Desde que você começou a trabalhar, mudou alguma coisa em sua vida, na vida de sua família? Como você fez para conciliar seu trabalho com a medida socioeducativa? Quais os problemas com a Justiça? Já cumpriu quais medidas? O seu trabalho influenciou, de alguma forma, no cumprimento de sua medida?); *O que eu penso que serei* (Quais expectativas você tem sobre a vida pessoal, familiar e o trabalho?); *A bolsa* (O que a bolsa significa para você? Como é gasto esse dinheiro? Mudou algo no cumprimento da medida desde que você passou a recebê-la? E seu relacionamento com sua família, houve alguma mudança com o advento da bolsa?).

Procedimentos – Após o consentimento do Juiz Titular da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, as entrevistas foram agendadas e realizadas no CREAS. Tiveram a duração de aproximadamente uma hora cada uma. Após as entrevistas com os adolescentes, marcamos uma visita domiciliar para a realização das entrevistas familiares. As entrevistas foram realizadas entre julho e outubro de 2005. Elas foram gravadas com o consentimento dos adolescentes e de suas mães e transcritas para análise posterior. Além das entrevistas, as pesquisadoras realizaram observações das atividades das quais os adolescentes participavam no CREAS como requisito do cumprimento da medida de liberdade assistida. A principal atividade observada foi o grupo multifamiliar. Essas reuniões tinham a duração de aproximadamente duas horas e nos possibilitaram acessar e conhecer tanto o adolescente, como sua família.

Método de análise das informações – Para a análise e interpretação das informações obtidas, bem como para viabilizar o processo de construção do conhecimento, foi utilizada a proposta da investigação qualitativa de González Rey (2002) na qual a análise é realizada a partir de indicadores que aparecem nos instrumentos, nas relações entre eles, bem como em quaisquer das situações e processos formais ou informais que constituem o campo da pesquisa e que representem alguma dimensão de sentido presente no estudo. Os indicadores podem ser definidos como elementos ou conjunto de elementos que adquirem significação através da interpretação do pesquisador, são categorias produzidas no processo de construção do conhecimento que se constituem em instrumentos para a definição de zonas de sentidos sobre o problema estudado. As zonas de sentidos são construídas no diálogo com os dados e são uma referência dos processos construtivos do pesquisador. Nessa perspectiva, o desenvolvimento de indicadores conduz ao desenvolvimento de conceitos e de categorias novas no curso de uma pesquisa, sendo a produção de indicadores e de categorias processos inter-relacionados (González Rey, 2002).

Análise dos Resultados

O trabalho como elemento formador de uma “não identidade de bandido”

Um trabalho que tem sentido é importante, útil e legítimo, e esse sentido tem características que são construídas individualmente (expressão de competências) e socialmente (retorno da função do trabalho). O significado do trabalho constitui-se em uma representação que a tarefa tem para o trabalhador, para o grupo e para a sociedade. Esse significado é construído de acordo com os valores dados na infância (Tolfo & Piccinini, 2007). A compreensão do significado que os adolescentes em questão atribuem à experiência do trabalho é fundamental porque as intervenções com essa população mostram que a ressignificação do ato infracional envolve a possibilidade da construção de um projeto de vida. O projeto de vida, nesse contexto, poderia ser sobre uma aspiração de natureza profissional e teria mais respaldo se a base de sua experiência fosse uma posição no trabalho que lhe trouxesse satisfação ou coerência. Uma experiência de trabalho pessoal que lhes possibilitassem ter prazer e se sentirem mais úteis teria mais peso do que a influência da experiência do trabalho dos pais, porque sabemos que nessa população dificilmente tais aspectos estariam presentes, já que a atividade tem primordialmente uma função de sobrevivência.

Em um estudo sobre o significado do trabalho para adolescentes de uma das periferias de Brasília, Abramovay (1999) apontou que para eles o trabalho aparece como um “meio de assegurar a sobrevivência e de satisfação de necessidades e desejos: não é percebido como fonte de satisfação em si mesmo, como atividade construtiva e oportunidade de realização pessoal” (p. 83). A partir dessa assertiva, podemos melhor compreender o que os adolescentes entrevistados dizem quando se referem ao trabalho como:

...uma forma de você ganhar dinheiro para ajudar a mãe no aluguel, ajudar a comprar as coisas em casa (Paulo).

... trabalhar para me sustentar... eu pago a prestação da minha moto, ajudo lá em casa e o resto eu guardo para curtir (Joilson).

[com o dinheiro] compro minhas coisas, saio para festa (Márcio).

Conforme Tolfo e Piccinini (2007) discutem, o trabalho tem uma dimensão individual de aposição de sentido e daí vemos como essa dimensão está atendida pelas falas acima. Embora se deva ressaltar que as satisfações individuais se misturem às familiares – porque sempre o dinheiro ganho tem uma destinação que é individual e familiar –, podemos questionar como ficam as relações familiares desses adolescentes com sua participação tão ativa em uma função provedora. Podemos apenas questionar como seriam essas respostas se os adolescentes não estivessem sendo atendidos na instituição sempre num contexto no qual a família participa ativamente e se não tivessem sido entrevistados também com suas famílias. A esse respeito, Penso (2003) mostra como essas relações estão marcadas por uma troca de papéis, na qual o adolescente assume uma função parental ao lado da mãe, que o prejudica por exigir dele um papel mais próximo de uma conjugalidade com a mãe e por afastá-lo de suas prerrogativas das relações fraternas. Esses adolescentes estão em íntima interdependência com seus familiares, em especial com suas mães.

Porém, o trabalho para esses jovens também os afasta de uma situação de risco social.

Não tinha nada para fazer durante o dia, só vinha pensamento ruim... agora, você tá trabalhando ali sabendo que no final do mês tem seu dinheirinho guardado, não tem compromisso com ninguém. É um dinheirinho difícil, mas suado, vale a pena. Melhor trabalhar do que ficar nessa aí... roubando, vendendo droga para dar dinheiro para “patrão”. Chegar a ir preso... [ao trabalhar] você tá ocupando a cabeça em algum lugar. Sair das ruas já é bom demais (Paulo).

[trabalhar serve] para distrair um pouco a mente da besteira que fica pensando; para passar o tempo também e ficar menos tempo na rua, porque quando fica na rua o capeta atenta (Márcio).

...eu não fico mais na rua, porque quando fica na rua, sempre acaba arrumando confusão (Joilson).

Nessa perspectiva, o trabalho pode ter ainda uma função preventiva, ocupando-os para impedir que se envolvam com a criminalidade. Morin, Tonelli e Pliopas (2007), a partir de um estudo com trabalhadores de níveis médio e superior, sobre os sentidos do trabalho, identificam nos sentidos três dimensões: individual, organizacional e social. Um dos aspectos que está presente na construção do sentido individual para o trabalho, é a questão da identidade. As autoras discutem a participação no trabalho como um dos aspectos construtores da identidade e relacionam essa construção ao contato e à imersão do sujeito na estrutura da organização à qual pertence, dentro de uma perspectiva individual de dimensionamento. Sendo assim, parece que o trabalho é importante por prover o adolescente de recurso financeiro (mesmo sendo pouco, permite a ele ter lazer e diversão), mas também de ter um papel fundamental na desconstrução de uma possível identidade marginal, na medida em que trabalhar significa não se envolver com crimes, não mais estar sem fazer nada (“cabeça vazia, oficina do diabo”, ditado muito apontado pelas famílias). Ainda, as autoras dizem que pertencer a uma determinada empresa pode oferecer uma possibilidade de se ter *status* e parece que aqui o *status* é não estar na rua, não estar disponível para fazer parte de algo perigoso. Não é um cargo que dá o *status*, o “cargo” aqui é não estar na rua, porque o que não faz sentido é o ócio, ele é depreciativo para o sujeito, conforme ainda dados da pesquisa mencionada e presentes nas falas dos adolescentes e de suas famílias.

É importante ressaltar que a definição de marginalidade aqui utilizada é a de Castel (1998): “espaço social longe dos valores dominantes, mas ligada a eles, pois o marginal tem sobre si o signo inverso das normas que não segue. Ele se distancia das regras de conduta” (p. 55). Desse modo, o adolescente, através do trabalho, pode não expressar uma grande satisfação pessoal ou construir sua independência em relação ao trabalho – ou ainda identificar aprendizagens e crescimento –, mas, de fato, vale-se da experiência laboral como uma oportunidade de qualificar seu momento de vida. Independência, satisfação pessoal,

crescimento, identidade são aspectos apontados por Morin, Tonelli e Pliopas (2007) como fazendo parte da dimensão individual de sentido que o trabalho promove. Se o trabalho auxilia o adolescente a melhor compreender e a aceitar regras de conduta social ou se o ajuda a diminuir a distância entre ele e seu contexto de relações, então temos uma experiência com significado muito positivo, afinal, não é pouco para eles poder ir a festas ou “*não ficar na rua, arrumar confusão, roubar*”. Essa idéia sobre o trabalho é compartilhada pelas famílias dos adolescentes pesquisados, o que fica claro nos seguintes trechos:

...a gente trabalhando tem o dinheiro e não fica pensando besteira (mãe de Joilson).

Eu acho que [o trabalho] é um complemento na vida da gente... para comprar um remédio, alimentação, pagar a água, luz e telefone (mãe de Márcio).

...trabalhar pra ocupar a mente, né... ocupar a mente, não ficar na rua, né, com as más companhias. Ocupar a mente, ocupando a mente ele tá pensando em coisas do bom, né. Quando você ocupa a mente... eu tiro por mim, quando eu estou trabalhando a minha mente está ocupada, não estou pensando besteira, entendeu? (mãe de Paulo).

Morin, Tonelli e Pliopas (2007) acrescentam que o trabalho também possui uma dimensão social de sentido que promove inserção social e significa pertencer a um grupo. No caso dos adolescentes estudados, trabalhar significa pertencer a um outro grupo que é socialmente mais aceito e isso tem também uma dimensão ética, pois eles passam de uma atividade condenável e punida a uma moralmente aceita. Por outro lado, através do trabalho, eles se reintegram com novo *status* em seus grupos familiares e acalmam seus pais, que, se não os vêm contribuindo para a sociedade com uma grande ação, reconhecem seu esforço e valorizam sua mudança.

Tolfo e Piccinini (2007), ao citarem Codo (1997), indicam que o trabalho pressupõe uma dupla transformação, do homem que o executa e da natureza do próprio trabalho. Talvez, nesse sentido, possamos questionar sobre o sentido do trabalho para os adolescentes. Até que ponto há sua transformação em função da atividade que executam? O circuito sujeito-trabalho-significado causa prazer e o rompimento desse circuito causa sofrimento. Parece que podemos dizer que esse circuito também se aplica aos adolescentes estudados, visto que, apesar de não se sentirem produzindo algo muito importante ou muito útil, a execução do trabalho e os efeitos sobre suas vidas causam muita satisfação. Ou talvez possamos dizer que, ao menos, evitam a insatisfação. O fato de o adolescente obter algum dinheiro não proveniente de ação ilegal que o colocaria em perigo – e ainda o reconcilia com sua família – pode parecer pouco significativo ou não indicar um caráter precípuo de aprendizagem, mas somos testemunhas de que isso traz uma satisfação direta, não pelo trabalho em si, mas sim pelo que ele pode proporcionar de benefício em suas relações familiares e sociais. Não cremos que estejam transformando as tarefas que executam, porém temos que reconhecer que sua inserção social como executante de uma atividade que é testemunhada por outras pessoas, sem dúvida transforma suas perspectivas de redefinição de seu papel social.

Karam (2003) entende que trabalho não se resume a emprego, salário, tarefas, a nenhuma das rotinas nem às relações hierárquicas de poder ou ao processo de produção. A autora afirma que “há trabalho (real) quando é possível o investimento dos indivíduos na busca do acesso ao simbólico através do conjunto de elementos constitutivos do cenário organizacional” (p. 468). Reportando aos adolescentes deste estudo, poderíamos questionar se estão vivenciando uma experiência de trabalho real, se “*ocupar o tempo, a mente*” ou “*não estar na rua*” não poderiam constituir-se em uma oportunidade de acessar a dimensão simbólica da produção, quando oferecem condições de orientação e coerência, e quando eles próprios expressam uma opinião valorativa do trabalho realizado, que se constitui em uma centralidade, ou seja, o trabalho, agora, ocupa um lugar central em suas vidas. Com a idéia do

trabalho como construtor de identidade, Codo (2004) faz-nos refletir sobre como esses adolescentes constroem sua identidade no processo diário de contato com a própria vida, estabelecendo uma tríplice relação entre identidade-trabalho-relações sociais e afetivas.

Contudo, o discurso da mãe de Joilson traz um componente a mais no significado do trabalho que faz diferença na inserção escolar de seu filho:

...o trabalho, depois do estudo, é uma das melhores coisas. Porque sem o estudo e sem o trabalho a gente não é nada. Tem que estudar para no futuro ter um trabalho bom.

Apesar de enfatizar a importância do trabalho, ela ressalta o valor do estudo em primeiro lugar. Isso se reflete na vida acadêmica de Joilson, pois dentre os adolescentes entrevistados é o único que terminou o ensino médio e está fazendo um curso técnico. Portanto, hoje, é o que tem mais condições de conquistar ou se aproximar do que almeja para o seu futuro: ser médico.

Como poderão esses jovens avançar no sentido de questionarem os benefícios mais imediatos de estarem trabalhando e na possibilidade de visualizarem que seus esforços deveriam se dirigir para um investimento na qualificação da escolaridade? Talvez aqui resida a maior contradição presente nesses resultados: se o trabalho os ajuda a reformular seu *status* social e familiar, esse mesmo trabalho também os afasta, ou pelo menos dificulta, de seus sonhos de grande ascendência escolar e profissional, ainda que eles estejam recebendo um recurso financeiro extra para estudarem. Parece que são capazes de construir um projeto de vida e de sonhar, mas se defrontam com muitos impasses da realidade da vida individual e familiar para superar, o que se agravará sem maior capacitação escolar. E o trabalho atual que possuem dificulta a ascensão de sua qualificação escolar.

Morin, Tonelli e Pliopas (2007) apontam que a dimensão individual de sentido do trabalho tem expressão na satisfação pessoal, no fato de a pessoa gostar do que faz, no reconhecimento de que a atividade traz desafios que a faz aprender novos conhecimentos e desenvolver seu potencial. Não vimos em nenhuma das falas dos entrevistados, nem nas de seus familiares, qualquer percepção do trabalho como uma oportunidade de realização ou de aprendizagem. No entanto, podemos afirmar que todos reconhecem que os adolescentes agora se encontram num espaço que é socialmente aceito, que os ajuda a reconstruir laços afetivos com a família e que os mantém ocupados, evitando o vazio e a preocupação. Diante do fato de estarem fora de um ambiente de risco, parece que não tem tanta importância, agora, se o trabalho tem utilidade ou não, se eles têm prazer em cumprir as tarefas, se eles estão construindo sua autonomia ou se sua sobrevivência está garantida. Agregue-se a isso o fato de que o trabalho também os qualifica no cumprimento da medida socioeducativa e será considerado de forma positiva na hora em que o juiz os receber em audiência para a decisão sobre encerrar o processo. Parece que o trabalho traz uma requalificação do *status* desses adolescentes e que, talvez, ele revista-se de um sentido de adequação e recuperação para o contexto judiciário. Sobre esse ponto podemos apenas questionar e apontar o que se constituiria em um aspecto muito interessante para futuras pesquisas. Ainda assim é preciso dizer que, mesmo tendo uma valoração positiva, os trabalhos desempenhados pelos adolescentes pesquisados podem afastá-los do planejamento ou da realização de seus sonhos no longo prazo, visto que nenhum deles desenvolve alguma atividade que demande ou ofereça um aprendizado intelectualmente mais elaborado. A observação de que os três adolescentes já tiveram outras atividades, todas por tempo limitado, faz-nos pensar que elas não lhes proporcionaram alguma experiência mais significativa.

O significado da bolsa de reinserção juvenil para os adolescentes e suas famílias

A concessão da Bolsa de Reinserção Juvenil visa, em última análise, a auxiliar a promoção da autonomia dos jovens que cometeram atos infracionais. Porém, esse benefício não vem cumprindo seu objetivo, na medida em que seu significado parece estar muito mais atrelado ao sustento familiar do que ao investimento no próprio adolescente, isso no que diz respeito a cursos e capacitação, ou seja, à sua qualificação profissional, o que fica claro nos relatos abaixo:

Desse dinheiro eu sempre dou a metade para ela [mãe]. Quem mais precisa é ela, meu pai não precisa não (Márcio).

Dou todo para minha mãe. Só se eu tiver sem nenhum dinheiro, aí pego metade (Joilson).

E essa idéia, no que tange à bolsa, é corroborada pela família do adolescente:

...a bolsa foi uma benção de Deus porque ajuda muito... quatro filhos pra gente sustentar não é brincadeira (mãe de Joilson).

Nessa perspectiva, Demo (1999) aponta que o peso atribuído à assistência social de cunho estatal levou a situações de agravamento da exclusão, pois estabelece facilmente, entre sociedade e Estado, vínculos de dependência, tanto mais deteriorado quando se torna algo apenas eventual, como é o caso da bolsa em questão, que está à mercê dos ventos políticos. Demo (1999) afirma ainda que: “vendo a pobreza como processo de exclusão essencialmente política, o direito a benefícios se torna menos estratégico do que a gestação do sujeito capaz de história própria, individual e coletiva” (p. 144). Sendo assim, é dado um benefício que, na verdade, serve unicamente para prover as necessidades básicas dos adolescentes e de suas famílias, em vez de possibilitar autonomia – no sentido de proporcionar a profissionalização desses jovens. Nessa perspectiva, mesmo quando não é direcionado a prover as necessidades básicas da família, o valor do benefício não é usado com a profissionalização do adolescente, conforme o relato de Márcio:

...o meu [dinheiro da bolsa] eu gasto só com festa mesmo, festa e roupa.

Por outro lado, de certa forma, devemos reconhecer que a bolsa incentiva os adolescentes a freqüentarem a escola ou, pelo menos, ela instala a possibilidade de eles perceberem que a chance está ali para ser construída. O relato de Joilson mostra como a bolsa serviu para reafirmar sua vontade de estudar.

Quer coisa melhor? Ganhar dinheiro só para estudar. É até um incentivo ...porque eu tava faltando no curso, foi no tempo que eu tava chegando atrasado, faltando. Aí eu achei que nem recebia essa bolsa mais, nem tava ligando muito pra falta. Aí como eu recebi esse negócio aí, tem que ir para a escola agora. Tem que “ter presença” (Joilson).

...incentivou também, mas não foi tanto não porque eu já pensava em estudar mesmo. Já era idéia minha já (Márcio).

De todo modo podemos perceber que a concessão da bolsa tem função incentivadora para o adolescente voltar ao contexto escolar. Mesmo que vejamos uma expectativa em relação ao futuro muito idealizada (cursar medicina, por exemplo), pelo menos já está estabelecida a relação direta e necessária entre trabalho mais qualificado e melhor escolarização. Ainda assim, mesmo contribuindo para a freqüência escolar desses adolescentes, a Bolsa de Reinserção Juvenil, enquanto política de assistência social,

desvirtua-se em seu objetivo original, que é promover a autonomia dos adolescentes beneficiados, e pode levar a um grau de dependência ainda maior em relação ao Estado. Nesse sentido, Oliveira (2003) comenta que a incidência do “clientelismo” na assistência social imprime a essa política uma cultura que fragiliza a idéia do direito e fortalece a idéia da dádiva e do favor, legitimando a assistência social como ação emergencial e restrita aos exclusivamente pobres, carentes e desassistidos de toda sorte, reduzindo seus efeitos a ajudas pontuais e descontínuas que, longe de superar a miséria, podem reproduzir uma forma de relação ainda mais polarizada entre ricos e pobres.

Considerações Finais

Para finalizar precisamos retomar nossos sujeitos, os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e que trabalham. Nesse contexto, o trabalho se configura como um importante elemento reintegrador desses adolescentes numa rede social de proteção, apoio e confiança, na medida em que, como eles próprios e seus familiares apontaram, ele os tira da rua e possibilita-lhes um outro tipo de inserção social.

Do ponto de vista sistêmico, esses adolescentes reformulam seus vínculos sociais e familiares, assumindo uma nova posição, mais valorizada frente à família, e conquistando um espaço de possibilidade de construção de um projeto de futuro no qual um outro contexto social surja. O que nos parece fundamental nesse universo das relações familiares é a mudança de qualidade da imagem dos jovens frente à comunidade, à família nuclear e à família extensa. Autores que estudam as relações entre mãe e filhos no universo da marginalidade (Fishman, 1989; Sudbrack, 1992) apontam que essa relação se constrói de forma muito simbiótica, fazendo com que o adolescente se enrede numa interdependência com sua mãe que o afasta de participação em outros grupos sociais. Mesmo que o adolescente continue encaminhando parte de seu ganho financeiro para o sustento da família, ele consegue adentrar outros grupos sociais, que oferecem a ele outras experiências diferenciadas em valor social da anterior.

Estamos falando de aspectos da resignificação das relações familiares dos adolescentes a partir de sua experiência de trabalho, pois todos eles retrataram uma mudança significativa nas relações estabelecidas com a família depois que começaram a trabalhar, principalmente no que se refere à confiança da família. Especificamente no caso do adolescente Paulo, que relata que começou a conseguir receber orientação, pois achava que nunca conseguiria ser “mandado” por alguém. Isso denota a importância que o trabalho tem na vida dessas famílias, no sentido de possibilitar a resignificação na forma como o adolescente é visto dentro do sistema familiar: ele passa, de uma pessoa irresponsável, desocupada e rebelde, para um trabalhador responsável e provedor. E isso, certamente, influenciará as relações a serem estabelecidas por esse adolescente em outros contextos, pois, de acordo com Minuchin (1990), cada sentido de identidade individual é influenciado por seu sentido de pertencimento a diferentes grupos.

Assim, acreditamos que a experiência de trabalho para os jovens deste estudo pode se apresentar como alternativa a uma integração perversa, principalmente no sentido de que essas experiências os tiram da rua e contribuem para a formação de uma “não identidade de bandido”, mesmo que os adolescentes não experienciem, na atividade de trabalho, grandes desafios ou a sensação de superação. De fato, não podemos menosprezar as possibilidades que emergem, desse “não ser marginal”, trata-se de um início da construção da imagem de “sujeito honesto”, parte de seu processo de inclusão social.

Para finalizar, podemos dizer que o trabalho, na perspectiva dos adolescentes estudados, não apresenta um sentido organizacional ou social. A execução das tarefas não os promove a uma condição de autonomia nem oferece possibilidade de identificarem-se como pertencentes a um grupo que lhes traga orgulho ou satisfação. Por outro lado, eles não parecem reconhecer estarem fazendo algo que é socialmente útil (pode ser até que o estejam fazendo), mas existe um sentido individual inequívoco para o trabalho no qual estão engajados: *a atividade ressignifica sua inserção social e familiar, além de promover uma outra colocação frente a sua inclusão no sistema judicial*. E, no que tange à Bolsa de Reinserção Juvenil, mais uma vez vemos como um benefício que tem um objetivo claro – a qualificação escolar de uma população que, em sua grande maioria, encontra-se bem defasada do nível esperado – situa-se alocado sem estar atrelado ao seu verdadeiro objetivo, correndo o risco de perder seu propósito. E, mais uma vez, vemos a importância da presença da família, que pode fortalecer a oportunidade que o subsídio sustenta. As famílias trazem para si a responsabilidade de potencializarem a motivação para o estudo que a bolsa vislumbra.

Referências

- Abramovay, M. et al. (1999). *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Borges, L. F. F. (2002). *A formação profissional de curta duração e a inserção de trabalhadores de baixa escolaridade no Distrito Federal*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Bucher, J. F. (1992). Lei, transgressões e família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8 (suplemento), 475-483.
- Calil, V. L. L. (1987). *Terapia familiar e do casal*. São Paulo: Summus.
- Campos, H. R. & Francischini, R. (2003). Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. *Psicologia em Estudo*, 8 (1), 119-129.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar* (2ª ed., pp. 7-29). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Castel, R. (1998). Os marginais na história. *Revista Ser Social*, 3, 55-66.
- Carreiro, T. C. (2007). Sociedade sufocada pela insegurança social. In *XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica*. Belo Horizonte, MG.
- Cattani, A. D. (1996). *Trabalho & Autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- Codo, W. (2004). Prototeoria: síndrome do trabalho vazio: uma incursão sobre a psicoeconomia da depressão narcísica. In W. Codo (Org.), *O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Demo, P. (1998). Exclusão social: categorias novas para realidades velhas. *Revista Ser Social*, 3, 9-54.
- Demo, P. (1999). Educação profissional: mito e realidade. *Revista Ser Social*, 5, 123-158.
- Duarte, P. do C. A. V. (2006). Redes sociais. In Secretaria Nacional Antidrogas & Ministério da Educação (Orgs.), *Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas* (pp. 156-161). Brasília: UnB.
- Estatuto da criança e do adolescente (1990). Lei nº 8069/90.
- Fishman, H. C. (1989). *Tratamiento de adolescentes con problemas. Un enfoque de terapia familiar*. Buenos Aires: Paidós.

- Fishman, H. C. (1998). *Terapia estrutural intensiva*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- González Rey, F. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Thomson.
- Karam, E. (2003). O sujeito entre a alcoolização e a cidadania: perspectiva clínica do trabalho. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 3, 468-474.
- Marcelli, D. & Braconnier, A. (1989). *Manual de psicopatologia do adolescente*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minayo, M. C. de S. (1996). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (4ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias, funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Morin, E., Tonelli, M. J. & Pliopas, A. L. V. (2007). O trabalho e seus sentidos. *Psicologia & Sociedade*, 19 (edição especial 1), 47-56.
- Oliveira, H. M. J. (2003). Cultura política e assistência social: desafios à consolidação de uma singular política pública no âmbito da proteção social. *Revista Ser Social*, 12, 9-54.
- Paugam, S. (2004). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- Penso, M. A. (2003). *Dinâmicas familiares e construções identitárias de adolescentes envolvidos com atos infracionais e com drogas*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Pereira, S. E. F. N. & Sudbrack, M. F. O. (2003). Avaliação das redes sociais de adolescentes em situação de risco. In M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição, E. M. F. Seidl & M. T. da Silva (Orgs.), *Adolescentes e drogas no contexto da justiça*. Brasília: Plano.
- Segond, P. (1992). Família e transgressão. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 8 (suplemento), 433-445.
- Sudbrack, M. F. O. (1992). Da falta do pai à busca da lei: o significado da passagem ao ato delinqüente no contexto familiar e institucional. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 8 (suplemento), 447-457.
- Tolfo, S. R. & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 19 (edição especial 1), 38-46.
- Vasconcellos, M. J. E. (2002). *Pensamento sistêmico. O novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus.
- Volpi, M. (Org.). (1997). *O adolescente e o ato infracional*. (2ª ed.). São Paulo: Cortez.

Endereço para correspondência

olgampj@hotmail.com, lianaf@terra.com.br

Recebido em: 06/11/2007
Revisado em: 29/01/2008
Aprovado em: 31/01/2008